Entrevista **Octavio Amorim Neto**

Professor titular de ciência política da FGV Ebape





É impressionante o Palácio do Planalto não ter percebido a força da extrema direita

Além de colocar o candidato Flávio Bolsonaro na liderança, o primeiro turno das eleições presidenciais levou o seu partido (PL) a formar a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados desde a redemocratização, além de ganhar 35% das cadeiras renovadas no Senado. Esse resultado, tomado com surpresa, não aconteceu sem rastilho, como comprovam os artigos que Octavio Amorim Neto tem publicado no Blog do IBRE desde o início do governo Lula 3. Nesta conversa, o cientista político retoma parte dessa análise mostrando, sem sabedoria posterior aos fatos, como ela conversa com o resultado de 4 de outubro. Amorim também trata dos desafios de governabilidade de ambos os candidatos. "Caso Flávio ganhe, a tendência será dizer que tudo o que o pai fez entre 2019 e 2023 foi corroborado pelo eleitorado (...) Com relação a Lula, se repetir esse modo de governança da atual gestão, rapidamente a popularidade vai desabar. Lula terá que inovar."

Fernando Dantas e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Quais considera as principais diferenças na estratégia de campanha entre Jair Bolsonaro e Flávio Bolsonaro no primeiro turno?

Pai e filho são muito parecidos em geral. Não houve grande mudança em relação aos aspectos centrais. É importante destacar que, no ano passado, quando Flávio começou a lançar a candidatura dele, dizia que era um Bolsonaro moderado. Houve muita expectativa com relação a isso, mas acho que essa proposta não prevaleceu. Por quê? Porque durante toda a campanha ele prometeu anistia ao pai, não fez críticas abertas aos erros cometidos por ele entre 2019 e 2023 no que diz respeito à política econômica, no que diz respeito à condução do combate à pandemia, e principalmente em relação à tentativa de golpe. Não à toa, ele tem dito reiteradamente que seu primeiro ato como presidente será anistiar o pai. Ou seja, com esse ato, Flávio estará corroborando tudo o que Jair Bolsonaro fez.

Ainda que não tenha renegado, Flávio Bolsonaro não tem se comprometido tão enfaticamente quanto o pai com uma política econômica de orientação liberal, como gostariam setores do mercado e empresários

A mudança que deve ser destacada é a relação de Flávio Bolsonaro com as mulheres. O pai insultou muito as mulheres na campanha de 2018, no seu governo, e não à toa perdeu em 2022. As eleitoras foram muito provavelmente as principais responsáveis por essa derrota. Nesse tema houve um aprendizado por parte do bolsonarismo e de Flávio Bolsonaro. Não à toa ele tentou encontrar uma vice-presidente mulher, não conseguiu. Sofreu com o conflito que teve com sua madrasta, Michelle Bolsonaro, e finalmente durante a campanha trouxe à baila sua esposa, Fernanda Bolsonaro, que tem dito publicamente nos vídeos de campanha que "reeducou" o Flávio. Trata-se de uma sinalização importante para com o eleitorado majoritário do país, que são as mulheres.

Durante a campanha de 2018, Jair Bolsonaro prometeu uma política econômica liberal, e antes mesmo de ser eleito indicou Paulo Guedes como seu futuro ministro da Economia. Flávio reitera essa posição liberal do pai e do bolsonarismo, porque privatização, redução do papel do Estado estão entre as demandas centrais do eleitorado bolsonarista. Porém, ainda que não tenha renegado, Flávio não tem se comprometido tão enfaticamente quanto o pai com uma política econômica de orientação liberal, como gostariam setores do mercado e empresários.

Como avalia a estratégia do Lula que concorreu com Jair Bolsonaro para o Lula que está concorrendo com Flávio Bolsonaro?

O Lula é muito conhecido. Esta é a oitava vez que ele concorre à Presidência da República (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2018 – sendo substituído por Fernando Haddad –, 2022, 2026). Nesta campanha, reiterou velhas propostas às quais seu nome e o do PT estão associados. Mas no primeiro turno a agenda política nacional não foi dominada pela eleição e pela troca de ideias entre os candidatos, mas pela crise do Supremo Tribunal Federal (STF) e pelos escândalos de (Daniel) Vorcaro.

Acho que para analisar a campanha de Lula no primeiro turno, é preciso confrontá-la com o segundo turno de 2022, quando Lula concluiu a formação da frente democrática que havia começado a montar em fevereiro daquele ano, convidando Geraldo Alckmin para ser seu vice. Geraldo Alckmin tinha saído do PSDB havia pouco tempo e tinha ido para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas ele sempre foi associado ao antigo tucanato de Fernando Henrique Cardoso, tinha sido candidato presidencial em 2006 pelo PSDB.

Naquela época, o país tinha uma memória ainda forte sobre o que haviam sido os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Alckmin é um tucano de alta plumagem, um homem da centro-direita democrática, um democrata-cristão, ou seja, com uma posição ideológica distinta da do Lula, e aquilo

foi muito importante como primeiro passo para a frente democrática.

O segundo grande passo foi dado no segundo turno, quando Simone Tebet, que também havia concorrido à Presidência, é convidada a integrar a campanha do Lula e depois é nomeada ministra do Planejamento. O terceiro pilar dessa frente democrática foi a escolha de José Múcio – um político conservador, muito hábil, muito conciliador – para ser seu ministro da Defesa para pacificar as relações com as Forças Armadas, já no período de transição e governo.

Esperava-se que essa frente democrática daria o tom do terceiro mandato de Lula. Acho que isso aconteceu na classe política, e de fato houve uma pacificação entre Lula, o PT e as Forças Armadas, que haviam apoiado e integrado o governo de Jair Bolsonaro. Mas o que faltou ao governo Lula 3 foi mobilizar a frente democrática na sociedade civil. "Isso significava, sobretudo, aproximar-se do que eu chamo de centro liberal", e Felipe Nunes de liberais-sociais. E aí acho que o Lula foi muito acanhado. No plano das elites, destaco os economistas ligados aos governos do Fernando Henrique Cardoso. Pessoalmente, por exemplo, esperava que uma figura como Armínio Fraga, que foi presidente do Banco Central no segundo mandato de Lula, e que na última década se moveu para a esquerda, teria algum papel neste terceiro mandato. Sei que isso seria difícil por conta das diferenças em relação à política fiscal. Armínio Fraga, Pedro Malan têm divergências muito grandes em relação às pautas do PT. Mas esse era o grande desafio da Frente Democrática: reconciliar diferenças profundas. Sem isso, os riscos são altos.

Vou dar um exemplo histórico italiano. Pouco antes da ascensão de (Benito) Mussolini em 1922, os partidos democráticos italianos sabiam que a situação estava muito feia na Itália. Eles tiveram várias oportunidades de se juntar para fazer frente a Mussolini, porque eles estavam vendo o trem chegar. Isso só viria a acontecer 21 anos depois, depois da derrota da Itália na Segunda Guerra Mundial – que foi em 1943, não 1945, pois é quando Mussolini é derrubado politicamente, destituído pelo rei. Aí finalmente se forma uma comissão de unidade nacional, de reconciliação nacional, integrando essas três correntes importantíssimas da política italiana, que definiriam a democracia nas décadas seguintes: democracia cristã, socialistas e comunistas.

Nesse aspecto, no Brasil, parece que os velhos conflitos e ressentimentos entre PT e PSDB continuaram vivos dos dois lados, apesar de ambos reconhecerem que o bolsonarismo era o grande adversário. Para mim, foi uma grande oportunidade perdida, e acho que a campanha de Lula está sentindo falta disso. Vemos uma disputa acirrada. Não se esperava que Flávio Bolsonaro, muito despreparado, muito jovem, chegasse tão longe. Lula tem chance de ganhar essa eleição, mas levemos em conta as táticas desesperadas já no final do primeiro turno. Isso é

Foto: Charles Vieira/ Divulgação



Flávio Bolsonaro

Acho que o Supremo não escapa de uma reforma, pois está muito desmoralizado. O que tem acontecido é gravíssimo, e formou-se um consenso na opinião pública, juntando esquerda e direita, a favor de mudanças

legítimo. Porém, dadas as circunstâncias da democracia brasileira e do mundo, faltou um processo político mais profundo, uma visão estratégica mais ampla para se conduzir essa campanha no primeiro turno.

Nesse seu quadro não há uma superestimação do efeito do apoio dos tucanos, levando em conta o enfraquecimento do PSDB como bloco político?

Por isso que, em minha análise, me refiro aos tucanos hoje como membros da sociedade civil, não da classe política. O PSDB de hoje é outra coisa. Em 2018, conseguiu o prodígio de ir para a extrema direita com João Dória. Dória foi eleito governador de São Paulo e morreu politicamente depois, destruindo a legenda. Não faz sentido para um partido que se chama social-democrata se juntar ao bolsonarismo. Agora, o antigo tucanato da era FHC continua muito influente entre as elites liberais brasileiras. Não tem voto direto, mas facilitaria atrair setores que podem ser capturados pelo bolsonarismo.

Outro erro que se viu – e que não é sabedoria posterior aos fatos, pois tenho analisado este terceiro mandato de Lula desde seu início no Blog do IBRE –, é a relação da diplomacia do Lula com a Venezuela de Nicolás Maduro. Maduro já poderia ter sido abandonado em 2022 durante a campanha. Não foi. Em 2023, Maduro veio a Brasília falar com Lula. Erro enorme, desnecessário, do governo Lula. Em 2024, quando aquela grande fraude eleitoral abriria caminho para tudo que aconteceu depois: para o sequestro de Maduro pelas Forças Armadas americanas lideradas por Trump. Tudo isso seriam pequenos gestos que não teriam repercussão eleitoral imediata, mas ao longo do governo e na atual campanha constituiriam uma imagem muito importante para a candidatura de Lula 4 perante esse eleitorado que é decisivo agora. É um eleitorado pequeno, tem 4%, 5% dos votos, mas são fundamentais para decidir quem vai ganhar no segundo turno.

Lula apostou alto demais na defesa da soberania como bandeira de campanha, contrapondo-se ao apoio de Flávio Bolsonaro ao governo Trump nos Estados Unidos?

Reconheço que esperava que a defesa da soberania tivesse um efeito eleitoral mais forte. A partir de julho do ano passado, quando Trump impôs o tarifaço, a defesa da soberania nacional pelo Lula teve impacto imediato na popularidade do presidente. Foi uma virada. Lula vinha mal no primeiro semestre de 2025, e esse panorama mudou no segundo semestre por conta desse tema. Em setembro, vem a prisão de Jair Bolsonaro e dos generais golpistas. Em dezembro, a avaliação do Palácio do Planalto é de que Lula tinha grandes chances de ganhar a eleição – sobretudo porque foi em dezembro que Jair Bolsonaro, da cadeia, declara decidir que o candi-

dato do bolsonarismo seria seu filho Flávio e não Tarcísio Freitas.

Em dezembro, quando se tomam as decisões relativas à condução da campanha no primeiro semestre, o Palácio do Planalto estava excessivamente relaxado e não percebeu o quão forte é o bolsonarismo no eleitorado. As melhores pesquisas sobre isso são do meu colega e amigo Lúcio Rennó, pesquisador da Universidade de Brasília. Este ano, Rennó publicou um artigo muito importante no *Journal of Politics in Latin America*, alemão, considerada a melhor revista europeia sobre política latino-americana. Ele mostra a impressionante consolidação do bolsonarismo no seio do eleitorado brasileiro, o que vai muito além dos nomes da família Bolsonaro.

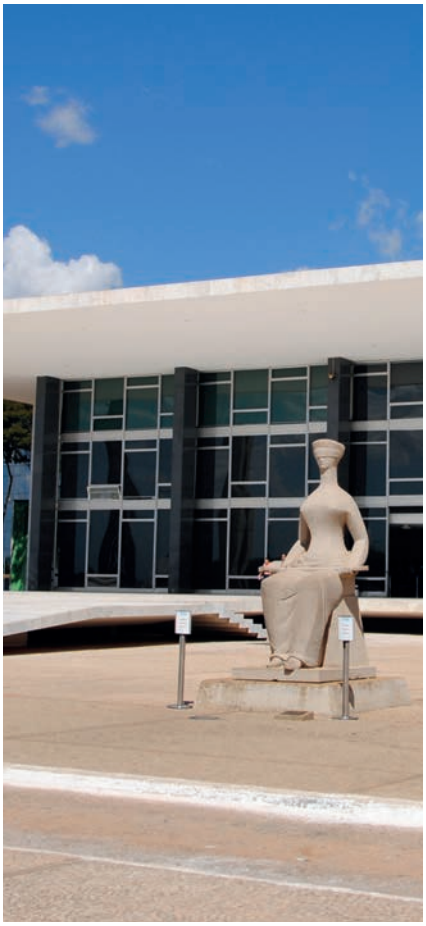
O bolsonarismo é extrema direita, essa poderosa extrema direita que veio para ficar e está mostrando que é muito competitiva. É impressionante o Palácio do Planalto não ter percebido isso em dezembro e ter feito uma campanha do primeiro turno, até recentemente, excessivamente relaxada, como se estivéssemos no Brasil de 2006 e de 2010. Não estamos mais.

O foco em um balanço da figura do Lula como estadista também prejudicou?

Já se passaram muitos anos desde a primeira posse do Lula. Há uma geração de brasileiros que não se lembra daquele período, era muito jovem, era criança. Os grandes feitos de Lula entre 2003 e 2010, como o Bolsa Família, já são tomados como dados da natureza pelo eleitorado brasileiro. E Lula tem 80 anos. O país ainda tem muita gente jovem, apesar do envelhecimento demográfico brasileiro.

Como disse, acho que foi muito arriscado o que o Palácio do Planalto fez a partir de dezembro do ano passado, quando a defesa da soberania foi muito bem recebida pelo eleitorado brasileiro e virou a situação de popularidade do governo Lula. Naquela época, já era fácil reconhecer que o bolsonarismo continuava sendo uma grande potência política eleitoral no Brasil. Veja a composição do Congresso antes destas eleições. Ao contrário de 2022 e 2018, hoje o bolsonarismo tem uma base organizacional muito forte que é o Partido Liberal, o maior partido da Câmara dos Deputados. Flávio Bolsonaro recebe recursos importantes do Fundo Partidário, do Fundo Eleitoral e das emendas impositivas. É impressionante o Palácio do Planalto não ter visto isso.

No primeiro semestre de 2025, escrevi para o Blog do IBRE que a campanha de 2026 deveria ser mais ao centro. Não houve um grande debate no PT sobre qual seria a orientação da campanha do primeiro turno, e a opção foi mais à esquerda, com aliados só de esquerda. Não houve promessa explícita de ajuste fiscal. O atual ministro da Fazenda tem prometido privadamente para empresários, sai na imprensa que haverá uma contenção de gasto público



Supremo Tribunal Federal, Brasília

Caso Flávio ganhe, a tendência será dizer que tudo o que o pai fez entre 2019 e 2023 foi corroborado pelo eleitorado, tal qual Trump fez depois da sua vitória em 2024 – apesar de ter sido derrotado em 2020, e nas parlamentares de 2018

ano que vem, mas não é plataforma de campanha. Como disse, o que o Palácio Planalto começou a fazer a partir de dezembro de 2025 foi arriscado, e está comprovado aí.

Como avalia a governabilidade em caso de vitória de um ou de outro?

Se um candidato vencer por 51%, não poderá dizer que teve um amplo mandato eleitoral para fazer o necessário. Caso Flávio ganhe, a tendência será dizer que tudo o que o pai fez entre 2019 e 2023 foi corroborado pelo eleitorado, tal qual Trump fez depois da sua vitória em 2024 – apesar de ter sido derrotado em 2020, e nas eleições parlamentares de 2018 também.

Com relação a Lula, se ele repetir esse modo de governança de Lula 3, não terá para onde ir, e rapidamente a popularidade vai desabar. Lula terá que inovar. Antes das emendas impositivas, o Centrão era muito mais pragmático, negociava-se mais facilmente apoio ao Executivo. Agora, entretanto, o Centrão se vê acossado pelo bolsonarismo, e ao mesmo tempo tem mais fichas para negociar duramente com o Palácio do Planalto.

Em um eventual quarto mandato, Lula não poderá fazer isso. Ele terá que delegar poder. Para a Casa Civil, terá de nomear ministro bem mais jovem do que ele, para sinalizar quem será seu sucessor e que o PT estará sintonizado com as novas demandas da sociedade brasileira. Considerando que em 2030 Lula terá 85 anos, não deverá ter um futuro muito ativo na política, terá que em um eventual quarto mandato delegar mais poder para um grande ministro que efetivamente represente novidade, mudança geracional.

Se Lula quiser encerrar bem a sua carreira, ainda terá que fazer algum ajuste fiscal ano que vem. Esse ajuste é a grande oportunidade para chamar o centro liberal a ajudá-lo nessa tarefa, e não repetir o grande equívoco de não mobilizar a frente democrática no plano da sociedade civil.

Até o que vai desta campanha, Lula tomou a direção contrária, chegando a declarar a busca por superávit uma babaquice (*em setembro, em campanha no Paraná*)...

Isso é sério, mas é o primeiro turno, durante o qual ninguém ouviu nada muito sério de ninguém. O segundo turno, entretanto, será para valer, e a cobrança será muito maior.

Além do mais, houve essa crise enorme em torno do STF que absorveu a energia nacional que deveria estar sendo canalizada para a campanha, e acabou sendo direcionada para discutir esses problemas gravíssimos que acometem vários ministros do Supremo. Como disse, Lula terá que inovar. Acho que ele sabe disso, inclusive porque é o último mandato dele e ele quer deixar um bom nome para a história do ponto de vista de legado político e econômico.

Para Flávio, acho que a situação também será muito complica-

da, apesar da liderança do PL no Congresso. Quais são as principais promessas do Flávio desde 2025? Anistia para subir a rampa do Palácio do Planalto com o pai. Além disso, Flávio é o político de mais alto coturno muito envolvido no escândalo do Banco Master. São duas questões que vão consumir muito a energia e o tempo dele no primeiro ano do mandato. Isso vai gerar muito conflito com o STF, com a maioria da sociedade brasileira e veremos o que acontecerá no Congresso – lembrando que vários líderes do Legislativo também estão envolvidos no caso Master.

Se ele anistiar o pai, será um tapa na cara do STF. E Flávio chegou a declarar no ano passado que um candidato do PL teria que assegurar o indulto a Bolsonaro, mesmo que à força (uma interferência direta nos Poderes foi mencionada em entrevista à *Folha de S.Paulo*, em junho de 2025). Isso é gravíssimo, não apenas como risco institucional, mas pensando de forma mais estreita, na governabilidade de uma atual presidência de Flávio Bolsonaro. Vai consumir rápidamente o capital político dele, quando poderia usar esse capital político para fazer um ajuste fiscal que o mercado que o apoia espera tanto.

Como avalia os desdobramentos da crise no Supremo?

Acho que o Supremo ano que vem não escapa de uma reforma, pois está muito desmoralizado. O que tem acontecido é gravíssimo, e formou-se um consenso na opinião pública, juntando esquerda e direita, a favor de mudanças nos poderes do STF e em uma reorganização do Supremo. Agora, uma coisa é você reformar o STF seguindo os preceitos constitucionais, com um grande debate no parlamento, convocando os grandes juristas brasileiros e veiculando tudo na grande imprensa de forma respeitosa. Isso será muito bom para o Supremo e para a democracia. Outra coisa é se for na marra, na ameaça de mobilização popular contra o Supremo, na ameaça de uso da força. Aí uma grande crise política poderá se abrir logo no começo de um eventual governo Flávio Bolsonaro.

O que me impressiona é que isso é claríssimo, e o eleitor típico do bolsonarismo não pensa nessas questões de governabilidade no detalhe. O mercado tampouco vê isso: uma crise política já pode estar comprada caso Flávio Bolsonaro se eleja.

Com relação ao Lula, se repetir o mesmo rame-rame com o Centrão, aí rapidamente o governo vai se enfraquecer no eleitorado e na classe política. Se Lula, um homem de 80 anos, continuar centralizando tudo no Palácio do Planalto, deixando o ministro da Fazenda sem autonomia para fazer um ajuste fiscal, seu governo entrará em modo crise também, ainda que não tão rapidamente quanto Flávio. Inclusive porque Trump continuará no poder.



Donald Trump

Em um eventual quarto mandato, Lula terá que delegar poder. Para a Casa Civil, terá de nomear ministro bem mais jovem, para sinalizar quem será seu sucessor e que o PT estará sintonizado com as novas demandas da sociedade

Qual efeito se pode esperar da influência de Trump?

A *The Economist* já falou, o *Financial Times* também, que os democratas devem ter maioria na Câmara dos Deputados e eventualmente no Senado. O Trump vai se enfraquecer na política doméstica, sem dúvida, mas a política externa e as Forças Armadas continuarão nas mãos do presidente. E esse é o grande trunfo, que interessa muito a ele.

Todo presidente americano passa por essa aprendizagem. Ele gasta um esforço enorme para passar projetos de lei no Congresso, não consegue, aí numa eleição de meio de mandato o Congresso se volta contra ele, e de repente o presidente descobre: "Tudo bem, eu não tenho maioria no Congresso, mas a política externa é toda minha e as Forças Armadas estão sob meu comando direto". Isso vai acontecer inevitavelmente com Trump.

Quais consequências isso terá para o Brasil?

Se Lula for reeleito e Trump perder maioria no Congresso, voltando-se mais ainda para a política externa, vai dificultar a vida de Lula nessa questão que se tornou tão importante para ele, que é o Escudo das Américas, um arranjo com os países do Hemisfério Ocidental – até o momento excluídos Brasil, México e Canadá –, voltados explicitamente para combater o narcotráfico e tratando os narcotraficantes como terroristas. Isso é contra a legislação brasileira e, uma vez que os Estados Unidos declarem uma organização terrorista, a legislação americana permite intervenção militar direta. Não à toa que Trump teve que declarar os narcotraficantes venezuelanos do Tren de Aragua como terroristas para ter base legal para o que ele fez em 3 de janeiro de 2026, atacando Caracas a partir de aviões que estavam num porta-aviões perto da costa venezuelana.

Isso vai tornar as relações diplomáticas brasileiras mais difíceis, tomará o tempo presidencial que nós brasileiros gostaríamos de ver usado para fazer as reformas econômicas e sociais que o país precisa para fazer com que o grande potencial da economia brasileira deslanche. Veja, o tempo presidencial é um fator-chave no primeiro ano. Se você começa bem, a probabilidade de você terminar bem é muito alta. (Fernando) Collor, por exemplo, já estava muito mal no final do primeiro ano de governo, em 1990. Ele prometeu acabar com a inflação, não conseguiu. Pronto. Os dois anos seguintes foram de uma crise muito cansativa, até o *impeachment* (aprovado em setembro de 1992, com renúncia de Collor em dezembro do mesmo ano, horas antes da condenação). Dilma Rousseff, em 2015, também começou mal e, um ano e cinco meses depois estava destruída.

O caso de Jair Bolsonaro é diferente. Ele também poderia ter caído, mas pegou a pandemia e, ao contrário dos outros presidentes, se apoiou nas Forças Armadas.

Sobreviveu apesar de ter sido derrotado pela antiga política brasileira, que prevaleceu até 2014/2015. Nesse sentido, ele inovou da forma mais negativa possível, que foi integrando as Forças Armadas de maneira informal ao seu governo.

Como vê o papel dos militares agora?

Houve muita mudança, houve muito aprendizado dos dois lados – refiro-me ao bolsonarismo e às Forças Armadas. Não vemos Flávio Bolsonaro falar tão enfaticamente sobre as Forças Armadas como seu pai falou em 2018.

Está no programa do Flávio que as Forças Armadas serão integradas à política de segurança pública, às polícias estaduais e à Polícia Federal para combater a insegurança pública.

Do lado das Forças Armadas, por sua vez, há o reconhecimento de que aquilo que se fez a partir de 2018 até final de 2022, começo de 2023, foi uma aventura, com grande risco de imagem. Sua imagem continua boa perante a opinião pública, mas se enfraqueceu em importantes setores das elites, e são as elites que definem o orçamento de Defesa do país.

A população continua prestigiando as Forças Armadas, mas conhece pouco sobre o orçamento de Defesa, programas de modernização. E os atuais comandantes nomeados por Lula tiveram uma atuação muito bem-sucedida no sentido de despolitizar os quartéis, com a saída dos oficiais das redes sociais. Nós estamos numa campanha dura. Você viu algum pronunciamento de general? Nenhum. Isso é um grande ganho para o Brasil.

Isso é consequência da política de pacificação do Lula e do reconhecimento por parte das Forças Armadas de que não vale a pena entrarem na arena política como entraram na gestão passada.

A propósito disso, identifica risco democrático no caso de vitória de Flávio?

O risco democrático não é zero, mas não saberia quantificá-lo. Qual é a essência do bolsonarismo? Em seus trabalhos, o pesquisador Lúcio Rennó identifica quatro posições temáticas que definem o bolsonarismo, a começar pelo conservadorismo social, com a defesa dos valores familiares; e a defesa de uma economia liberal, o que abarca privatização, redução do Estado. Mas aí vem os dois elementos mais perigosos. O primeiro é a defesa de uma governança autoritária. O que isso significa? É a hostilidade aos direitos humanos no combate à criminalidade e a defesa da intervenção militar para resolver problemas com os Poderes da República. O segundo é a postura antissistema do eleitorado bolsonarista. Eles são antipetistas, claro, mas também são anti-STF, anti-Congresso Nacional, e também hostis a outras elites brasileiras, científicas, universitárias.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



Presidente Lula

A política externa da família Bolsonaro de submissão a Trump, ou de alinhamento completo a Trump, não é da essência do eleitorado bolsonarista. É uma invenção da família Bolsonaro, empurrada para os seus apoiadores

As duas primeiras posições temáticas, conservadorismo social e liberalismo econômico, são absolutamente legítimas e necessárias numa democracia. É fundamental que essas preferências sejam defendidas pelos partidos políticos e pelos líderes políticos e dialoguem, interajam com as outras posições – seja para competir nas eleições, seja para chegar a algum consenso no Congresso Nacional ou Esplanada dos Ministérios. Agora, a defesa de intervenção militar e hostilidade ao Supremo Tribunal Federal são um grande risco à democracia.

As elites políticas têm um papel muito grande em moldar as preferências da sua base eleitoral. Nesse sentido, o bolsonarismo poderia mudar, mas eu não vi essa mudança durante o primeiro turno da campanha.

Outra coisa: a política externa da família Bolsonaro de submissão a Trump, ou de alinhamento completo a Trump, não é da essência do eleitorado bolsonarista. isso é uma invenção da família Bolsonaro, que depois é empurrada para os seus apoiadores. Então, o que levaria um país como o Brasil a ter uma política externa de submissão a Trump? O que, no conservadorismo brasileiro, há de tão sólido que nos levaria a submeter um país que é uma potência média de alcance global, que é a maior potência latino-americana e que tem uma larga tradição de independência diplomática em função do nosso excelente corpo diplomático que é o Itamaraty?

Isso justamente num momento em que outros líderes de extrema direita na Europa começam a se dissociar de Trump, a começar por Giorgia Meloni na Itália, que era grande líder europeia ligada a Trump. Trump xingou o papa, que é americano. O papa é figura política fundamental na Itália, e Meloni teve que defendê-lo, chocando-se com Trump, distanciando-se mais dele. Então, como é que a família Bolsonaro não vê isso? Trata-se de um tema que tende a consumir capital político de uma eventual presidência de Flávio Bolsonaro.

Confira também:

Artigos de Octavio Amorim Neto no Blog do IBRE

- Frente democrática, bolsonarismo e Trump. https://go.fgv.br/nqHyCqQaY08.
- Razões da falta de foco e luz de Lula III. https://go.fgv.br/WHUpAj4zCH3.

Estudo do pesquisador Lúcio Rennó (UnB)

- Beyond electoral fortunes – the consolidation of a far-right alignment in Brazil. https://go.fgv.br/U5tuzI2hynA.

FGV IBRE ECONOMIA EM 15'

O episódio do *podcast Economia em 15'* com Octavio Amorim Neto está no ar:

https://go.fgv.br/GX8HJVgWgqR

https://go.fgv.br/vOE6C7XfUV3